

A. I. N° - 206977.0205/07-9
AUTUADO - N. CLAUDINO & CIA. LTDA.
AUTUANTE - MARCO ANTÔNIO COUTO FERREIRA
ORIGEM - INFAZ JACOBINA
INTERNET - 24.08.07

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0241-04/07

EMENTA: ICMS. 1. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. FALTA DE APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO COMPROBATÓRIO. Autuado apresenta a nota fiscal objeto da acusação fiscal e elide a infração. Infração insubsistente. 2. IMPOSTO LANÇADO E NÃO RECOLHIDO. Imputação reconhecida. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 29/06/2007, reclama o valor de R\$ 25.915,66, sob acusação do cometimento das seguintes infrações:

1. Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS sem a apresentação do competente documento comprobatório do direito ao referido crédito. Sendo cobrado o imposto no valor R\$ 19.255,66 e aplicada multa de 60%. Consta da descrição dos fatos que o autuado não apresentou a nota fiscal nº 662006 emitida pela empresa Transporte Natal Ltda, CNPJ nº 78.881.414/0001-64, sediada em Santa Catarina, inscrita no Ministério da Fazenda com CNAE 4930202 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional.
2. Deixou de recolher, no prazo regulamentar, ICMS referente às operações não escrituradas nos Livros Fiscais próprios. Sendo cobrado o imposto no valor de R\$ 6.660,00 acrescido da multa de 70%. Consta na descrição dos fatos que o autuado deixou de lançar nos livros fiscais a nota fiscal nº 6154 emitida em 17/11/2006 referente à transferência de mercadoria para a matriz, logo também deixou de recolher ao erário o imposto nela destacado.

O autuado apresenta, tempestivamente, defesa, fls. 53 a 53-A, aduzindo as seguintes ponderações:

Observa inicialmente que, conforme se depreende do Auto de Infração, o autuante constatou que seu estabelecimento “utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS sem a apresentação do competente documento comprobatório do direito ao referido crédito” e que “não apresentou a nota fiscal nº 0662006, emitida por Transporte Natal Ltda., CNPJ nº 78.881.414/0001-64, sediada em Santa Catarina, inscrita no Ministério da Fazenda com CNAE 4930202 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional”.

Diz que o autuante, embasado na argumentação retro mencionada, aplicou multa no valor de R\$ 19.255,66 (dezenove mil duzentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e seis centavos), oportunidade em que fora informado que, se fosse localizada a referida nota fiscal, poderia apresentá-la à SEFAZ, para que se procedesse ao cancelamento da penalidade imposta.

Por esse motivo diz ter colacionado aos autos a cópia da nota fiscal nº 0662006, fl. 56, obtida junto à Secretaria da Fazenda de Teixeira de Freitas-BA.

Informa ter juntado o comprovante de pagamento da multa por infração referente à nota fiscal avulsa nº 0900662006, cujo DAE fora recolhido em 26/06/2006, no valor de R\$ 38.511,32 (trinta e oito mil, quinhentos e onze reais e trinta e dois centavo), fl. 54, para demonstrar que não utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS.

Conclui requerendo que seja julgada improcedente a infração 01.

O autuante, após constatar a autenticidade das fotocópias dos documentos anexados pela defesa fls. 54 e 56, diz ter verificado, ainda, que a nota fiscal que gerou o crédito fiscal em discussão foi devidamente lançada nos livros fiscais e no arquivo magnético da empresa.

Conclui, opinando pela improcedência da infração 01 do presente Auto de Infração.

Constato que o autuado requerera o parcelamento de R\$ 6.660,00, 49 e 50, correspondente ao valor histórico da infração 02, conforme também se verifica no extrato do Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária – SIGAT, fls. 62 a 63.

VOTO

Trata o presente Auto de Infração da utilização indevida de crédito fiscal do ICMS sem a apresentação do competente documento comprobatório do direito ao referido crédito – infração 01 e da falta de recolhimento no prazo regulamentar do ICMS referente à operação não escriturada nos livros fiscais próprios – infração 02.

No que se refere à infração 02, tendo em vista que o autuado não se manifestou em sua defesa, ou se não impugnou o cometimento da infração, deixando, assim, de existir lide em torno da matéria, razão pela qual deve ser mantida na autuação, acorde inteligência do art. 140 do RPAF-BA/99.

Outrossim, verifico que o autuado ingressou com o requerimento de parcelamento de débito, fls. 49 e 50, no valor correspondente ao valor histórico da infração 02, tendo sido aprovado e os pagamentos das parcelas encontram-se em curso, acorde extrato do Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária – SIGAT, fls. 62 a 63.

Quanto à infração 01, a defesa colaciona aos autos a cópia da nota fiscal, fl. 56, objeto da acusação fiscal dessa infração, inclusive com a comprovação do aludido recolhimento em 26/06/2006, através do DAE, fl. 54, em data anterior a lavratura do presente Auto de Infração.

Por seu turno o autuante informa que depois de examinar a supra aludida documentação apresentada pela defesa, constatou a autenticidade da nota fiscal que gerou o crédito fiscal, ora em lide, e verificou que fora devidamente lançada nos livros fiscais e no arquivo magnético da empresa.

Da análise nas peças que integram os autos constato que restou evidenciado, com a apresentação da nota fiscal pelo autuado, fl. 56, objeto da acusação fiscal, que a infração 01 do presente Auto de Infração é insubsistente. Ademais, consta dos autos, fl. 59, extrato de pagamento realizado no valor de R\$ 19.255,66.

Ante o exposto, concluo dos exames realizados nas peças dos presentes autos, ser improcedente a infração 01 e que restou efetivamente comprovado o cometimento, por parte do autuado, da infração 02.

Voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, devendo ser homologado os valores já recolhidos.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **206977.0205/07-9**, lavrado contra **N. CLAUDINO & CIA. LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 6.660,00**, acrescido da multa de 70%, prevista no artigo 42, inciso III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologado os valores já recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 16 de agosto de 2007.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – PRESIDENTE

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS – RELATOR

TEREZA CRISTINA DIAS CARVALHO – JULGADORA